

A LIBERDADE RESSIGNIFICADA NO CORAÇÃO DO IMPÉRIO: A ESCRAVIDÃO EM VASSOURAS (SÉCULO XIX)

ENIO JOSÉ DA COSTA BRITO*

[Livro: SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.]

“O Império é o café, e o café é o Vale”
(Dito popular do século XIX)
“E o Vale era escravo”
(Ricardo Salles)

A região de Vassouras ocupa um lugar de destaque na historiografia escravista brasileira, desde 1957, quando Stanley Stein publicou *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900*¹

Ricardo Salles, em *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*, recoloca a região na agenda, para examinar suas relações de ordem econômica e social escravista com o Estado imperial brasileiro. Retorno justificado, pelo tratamento demográfico-quantitativo dos dados levantados, em 729 inventários (1821-1880) e pelo quadro histórico-conceitual empregado na explicitação das relações entre Estado e região e entre senhores e escravos.

Estruturado em duas partes, intituladas: *Escravidão, classe senhorial e Estado imperial e Vassouras: senhores e escravos*. Os três capítulos da primeira parte

respondem a pergunta: como questões políticas e sociais afetaram as relações entre senhores e escravos? Na segunda parte, essas mesmas relações são examinadas minuciosamente em cinco capítulos.

Para o autor, “no geral, todo o movimento histórico aqui descrito [no livro] significou o início da fragmentação do bloco histórico e intelectual escravista-imperial”.²

O objetivo desta Nota Bibliográfica é apresentar sinteticamente o pensamento do autor, que em tempos pós-modernos busca um porto seguro nas noções de totalidade e estrutura para perscrutar o âmago da sociedade escravista, e em seguida tecer breves observações sobre o conjunto da obra.

A classe senhorial e sua gênese

Enquanto o escravismo colonial exauria-se no vórtice das grandes transformações ocorridas no mundo moderno, o escravismo nacional mergulhava num surto desenvolvimentista, repleto de tensões.

No século XIX, “aconteceu” a construção do Estado nacional do Brasil, “essa construção foi resultado e resultou na formação de uma classe senhorial escravista que estendeu sua dominação sobre todo território da nova nação.”³ O novo Império do Brasil tinha na corte seu centro político, cultural e moral e na classe senhorial sua base de sustentação. A classe senhorial constituiu-se no momento em que o poder no Império e na província passou para as mãos do partido conservador fluminense dos saquarema.⁴

A íntima unidade constituída entre Estado Imperial e classe senhorial transformou a coroa num partido e criou condições para uma ampla difusão da “ideologia civilizatória” da classe senhorial, entre 1837-1848. Submissa, subordinada política e simbolicamente ao Estado Imperial, a classe senhorial gozava de forte coesão interna e tinha seus intelectuais. Para Salles: “A formação da classe senhorial como classe dominante consolidou uma ordem social hierárquica, em cujo ápice encontravam-se os grandes senhores de escravos, em particular os da província fluminense. Tal ordem, por sua vez, implicou a construção de uma ordem política hierárquica, em cujo topo encontravam-se o imperador e os estadistas imperiais, a nobreza e a boa

sociedade , condição de manutenção da primeira- e que a ela se sobrepôs e se interligou intimamente”.⁵ Esse equilíbrio foi mantido pelo Segundo Reinado até 1870, quando estadistas e senhores divergiram com relação ao encaminhamento da questão servil no Brasil.

A crise do Império, em 1870, tem como epicentro a crise servil, intensificada a partir de 1871, com a aprovação em 28 de setembro da Lei do Ventre Livre. A crise servil (1850-1880), paradoxalmente, aconteceu num período de estabilização da população escrava no país. Estabilidade rompida com a promulgação da Lei do Ventre Livre que instaurou em definitivo uma dinâmica de declínio da escravidão, intensificada a partir de 1885 tendo seu ápice em 1888.

A resistência escrava cresceu significativamente nesse período e o Estado Imperial exerceu pressão no sentido de colocar em pauta a questão da escravidão. No entanto, para Salles: “não há como estabelecer de forma inequívoca uma relação direta entre um aumento nas ações de rebeldia dos escravos e a motivação do Estado Imperial para colocar a questão da escravidão em pauta”.⁶

Condições demográficas e sociais em curso afetaram a estabilização da população escrava que começava a reproduzir-se naturalmente, com exceções, como no Vale do Paraíba onde se pode constatar taxas positivas de crescimento.

Desde 1850, os grandes proprietários do sudeste vinham concentrando mão-de-obra escrava e defendendo com afinco a ordem escravista. Dinâmica responsável por mudanças na “elasticidade da escravidão brasileira” e pelas tensões, pois, “a pressão por espaços e por liberdade por parte dos cativos, por sua vez, se fazia, dadas as condições demográficas e sociais, a partir de comunidades escravas caracterizadas por laços de família, compadrio e alianças mais arraigados, mesmo que sob maior ameaça”.⁷ Por ocasião da Lei do Ventre Livre, a sociedade escravista brasileira encontrava-se sob forte pressão interna e externa, a Lei ocorreu num momento em que mudanças nas relações entre senhores e escravos já estavam em curso.

As discussões da questão servil

As grandes fazendas da região de Vassouras, em particular, viviam um período de estabilização das condições sociais, graças à reprodução natural da escravaria. Dado determinante na visão dos fazendeiros da região, que previam vida longa para a sociedade escravista. Já os estadistas imperiais atentos ao cenário internacional visualizavam a extinção da escravidão, a longo prazo, é verdade ! É nesse contexto que o presidente do Conselho de Ministros, Zacarias Góes, a pedido de D. Pedro II, coloca em pauta aos dois de abril de 1867, a questão servil.

Entre os fatores que direta ou indiretamente influenciaram a promulgação da Lei do Ventre, promulgada quatro anos mais tarde, em 1871, esse desencontro de opiniões pesou e muito. Outros fatores podem ser enumerados, como: a opinião do mundo civilizado que condenava abertamente a escravidão; a guerra do Paraguai que obrigou o governo a libertar escravos para o combate, expondo, assim, sua fragilidade e a oposição efetiva dos escravos.

Salles, após examinar a opinião dos conselheiros Visconde de Abaeté, Visconde de Jequitinhonha, Visconde de Itaboraí, Conselheiro Eusébio de Queiroz, José Tomás Nabuco de Araújo, José Maria Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco, entre outros, pontua que: a retórica da não legitimidade moral da escravidão, mascarava uma questão importante. “Como e em que grau contrariar os grandes proprietários comprometeria a sustentação que, até então, eles tinham prestado ao Estado Imperial ?”.⁸

Portanto, não havia, apenas, uma preocupação com o contexto internacional. Os efeitos de um processo gradual de extinção do regime servil poderia ser devastador para o Império. Era necessário defender a ordem senhorial e imperial. As sugestões dos conselheiros visavam controlar o processo de extinção gradual da escravidão, entende-se então a preocupação com o ativismo abolicionista e com a perda de apoio dos fazendeiros.

O Visconde do Rio Branco, que em abril de 1867 mostrava-se reticente com relação à aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871 aceitou a missão de aprová-la. Aos três de maio, o projeto é novamente apresentado na Fala do

Trono. Rio Branco encontrou num colega de partido, Domingos Andrade Figueira seu mais exacerbado crítico.

Salles analisa minuciosamente o discurso de Figueira, ícone do pensamento conservador escravocrata. Figueira fala em nome dos grandes proprietários desafiando um rosário de acusações: o projeto é um capricho do Imperador, não tem respaldo nos partidos, na classe senhorial e no povo, se aprovado instaurará o caos, a desordem política e econômica, para que antecipar a emancipação se a sociedade já vem libertando seus escravos? No fundo, o discurso insistia na necessidade de se manter o controle senhorial sobre a mão de obra, daí a retórica da procrastinação.

Salles deixa claro ao concluir a primeira parte do livro que se posiciona contra três tendências explicativas da Lei de 1871. A que considera a lei como fruto da pressão dos escravos (Sidney Chalhoub), como reveladora da independência da elite política (Conselho) diante da classe dominante (José Murilo de Carvalho) e a que encontra a explicação nas redes familiares de influência interessadas na manutenção do poder (Maria Fernanda V. Martins).

Consolidação da classe senhorial e resistência escrava

A expansão da classe senhorial ocorreu concomitantemente com a expansão do café e a importação de escravos africanos. A expansão do café se deu ao redor de dois eixos: Valença (1819) e Vassouras (1833). Na década de 1830, o café já era a grande cultura da província do Rio de Janeiro, fazendo a fortuna das famílias de grandes proprietários, como Estevão Ribeiro de Resende, José de Sousa Breves e a família Werneck.

Vassouras fundada, em 1833, rapidamente tornou-se o principal centro urbano contribuindo com a formação de uma classe senhorial e expressando seu poder, poder que permaneceu mesmo depois do declínio da produção cafeeira.

Para se compreender o comportamento senhorial e dos escravos na região, faz-se necessário ter presente as fases determinantes ocorridas ao longo do processo de implantação da cultura cafeeira. Para o autor, “os quatro períodos identificados são: implantação, de 1821 a 1835; expansão da produção

de café e da *plantation* escravista, de 1836 a 1850; apogeu de 1851 a 1865; e grandeza, de 1866 a 1880”.⁹

Vassouras se transformou na princesa do vale do Paraíba, contribuindo na consolidação do “modus vivendi” e do éthos senhorial escravista. No entanto, ainda no período de grandeza, os senhores presenciaram um novo protagonismo social dos cativos, viram sua margem socioeconômica se estreitar e o enfraquecimento da aliança com o Estado imperial. “No início da década de 1880, a escravidão – e, com ela, o esplendor e o poder da classe senhorial – deixou de ser uma ameaça a espreitar em futuro ainda não delineado para tornar-se uma questão premente do debate político”.¹⁰

A análise da evolução da distribuição da propriedade de escravos em Vassouras aponta para a acumulação e concentração da propriedade cativa desvelando as especificidades de tal posse. No intenso tráfico internacional encontra-se uma das explicações para essa singularidade da propriedade escrava. Propriedade que em Vassouras era concentrada e difusa, o que “permitiu a disseminação do éthos senhorial-escravista, que atingiu mesmo os setores mais baixos da sociedade, muitos do quais de libertos, que sempre que podiam almejar a posse de poucos cativos e a proteção de um grande senhor”.¹¹

A análise da demografia, da distribuição territorial, da estrutura fundiária e da origem dos escravos corrobora para esclarecer o quanto as lutas e resistências escravas incidiram nas relações de poder presentes na sociedade.

A população livre de Vassouras sentia-se ameaçada e amedrontada com a presença maciça de escravos na região. Os cálculos para toda a província do Rio de Janeiro apontam 223.764 cativos em 1840 e 263.302 em 1856.

Na relação social de forças entre senhores e escravos incidiam diversos fatores como a proporção, a origem dos cativos e a predominância de homens sobre as mulheres. Fatores afetados pela abolição do tráfico em 1850. A abolição do tráfico deu início ao declínio da população africana e a emergência da população crioula. Transformação que lentamente diminuiu a marca africana dos escravos em Vassouras. Os recenseamentos de 1840, 1850 e 1856 confirmam a presença maciça da população escrava na sua maioria africana, jovem e adulta, na província do Rio de Janeiro.

Os senhores tinham consciência da dificuldade de se controlar um grande contingente escravo geograficamente concentrado. Após o levante de Manoel Congo em 1838, criou-se uma Comissão para prevenir futuros levantes. Em 1850, ela elaborou um documento intitulado *Instruções para a Comissão Permanente*, propondo medidas abrangentes e concretas como, concessões de roças, divertimentos e cessão de lotes de terra para os escravos.

Quanto à Razão da Masculinidade, entre 1821 e 1880 passou da ascensão (1821 a 1840) a um intenso declínio a partir de 1871. Declínio explicado entre outras razões pela demanda exacerbada por cativos na década de 1840 que alterou a estrutura social e etária do tráfico (Magno Fonseca Borges)¹² e abriu espaço para o tráfico de mulheres e crianças. Aponta-se, ainda, como razão a busca de equilíbrio de sexo nos plantéis, por parte dos senhores que viam na reprodução natural um caminho para ter mão-de-obra.

Grande parte da historiografia brasileira rejeita esta última razão. Salles, no entanto, afirma: “a manutenção, mas também a expansão de uma economia escravista moderna, exportadora e altamente integrada ao mercado mundial, baseada na reprodução interna ampliada da população escrava não só era possível como estava acontecendo, de forma diferenciada e em ritmos distintos, em algumas áreas do Sudeste escravista brasileiro a partir de meados da década de 1860”.¹³

Escravidão madura

Para Salles, a escravidão em Vassouras na década de 1860 adquirira um novo perfil. O testamento de Joaquim Soares de Castro Rocha, falecido em 1876, confirma a consolidação desse perfil. Ele deixou para seus herdeiros terras e um plantel de 106 escravos. “O fato é que a juventude do plantel de Joaquim Soares e sua evidente tendência ao crescimento vegetativo repousavam num certo equilíbrio entre os sexos e, principalmente, sobre a existência generalizada de famílias”.¹⁴

Se na década de 1850, o registro de famílias em Vassouras era baixo, a partir de 1860, casamentos e uniões estáveis tornam-se freqüentes, favorecidos pela estabilidade dos plantéis e um maior equilíbrio entre os sexos. O resultado

dessa dinâmica é o aumento crescente de filhos de escravos nos inventários, incidindo, fortemente, no perfil da população escrava.

“Aos poucos, o padrão de desenvolvimento demográfico da população escrava da região adquiriria um ritmo mais natural ditado fundamentalmente pela proporção entre nascimento e morte”.¹⁵

Nos inventários do século XIX, o crescimento numérico de escravos anotados como filhos de outros cativos foi constante, especialmente na segunda metade. Tudo indica que as recomendações de Luis Lacerda Werneck (1855) começavam a serem ouvidas. Para ele, a carência de braços seria suprida com a imigração e a melhoria das condições de vida dos cativos, possibilitando a procriação.

Os manuais escritos ao longo do século XIX, como: *Ensaio sobre o fabrico do açúcar* (1834) de Miguel Calmon du Pin e Almeida, *Manual do Agricultor brasileiro* (1820) de Carlos Augusto Taunay, que teve boa recepção no Império, *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro* (1847) de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck e o *Manual do Agricultor dos gêneros alimentícios* (1863) do padre Antonio Caetano da Fonseca, fizeram eco a essas preocupações.

“Para Rafael Marquese,¹⁶ por intermédio da conjugação entre disciplina e paternalismo, refletida em ‘um ideal de plantation escravista, ordenada e produtiva, expresso pelos autores do século XIX, a gestão escravista visou ou ao menos aconselhou, quando formalizada em manuais, a formação de famílias, o crescimento vegetativo da escravaria, o usufruto de roças individuais ou familiares, o cuidado com a alimentação, as vestimentas, moradia, a instrução religiosa, a criação de ‘uma comunidade escrava moldada de acordo com os anseios dos senhores’”.¹⁷

As transformações demográficas ocorridas na década de 1860 permitiram a estabilização do crescimento, a base reprodutiva vegetativa, enfim, a auto-reprodução sem ajuda externa de mão-de-obra.

Nessa sociedade escrava madura a população escrava concentrou-se, seja do ponto de vista social como demográfico, com reflexos nas relações entre senhores e escravos, nos anseios dos escravos de constituir família e alcançar a liberdade. Nessa nova conjuntura, alforriava-se com parcimônia, em especial

nos grandes plantéis. No entanto, a população escrava crescia em pleno período de crise do escravismo, crescimento que não pode ser imputado ao tráfico interno. Para Salles, estamos diante de uma “sociedade com uma clara tendência à auto-reprodução ampliada, não fosse os fatores ‘exógenos’, de natureza conjuntural que impuseram, por intermédio da Lei de 28 de setembro de 1871, um horizonte de transição longínqua e controlada para novas formas de trabalho”.¹⁸

Situação que se estendia ao Coração do Império, área constituída pela Bacia do Rio Paraíba fluminense e paulista, pela Baixada Fluminense e pela Zona da Mata Mineira. De 1872 a 1884, a região registrou um declínio na população escrava da ordem de 14,5%, enquanto que no restante do Império foi de 28,6%. Mesmo assim, os senhores da região podiam contar com uma massa de escravos para os próximos anos, pois, em 1884, os escravos e ingênuos somavam 976.849 indivíduos. Acrescente-se, ainda, que no Coração do Império alforriava-se pouco e a importação de escravos era grande.

A permanente tensão presente na ordem imperial-escravista era mediada pelas alforrias e pela disseminação da propriedade cativa. A possibilidade de manumissão, autentica miragem, uma fresta de esperança sempre presente no horizonte dos cativos, esbarrava na prática dos senhores dos grandes plantéis de alforriar pouco. A alforria nos pequenos plantéis era mais freqüente e se constituía numa autentica moeda de troca.

Até a promulgação da Lei do Ventre Livre, a alforria reafirmava o poder domicial. A proibição do tráfico internacional não estancou o ritmo de concessão de alforrias, mas a Lei do Ventre Livre levou os senhores a endurecerem o processo de conquista da liberdade, intensificando as fugas. Resposta clara dos escravos à tentativa dos senhores de alterar as práticas costumeiras relacionadas com a conquista da liberdade.

Por contraditório que possa parecer, a experiência da escravidão está na base da concepção da liberdade, continuamente re-significada. “Com as novas condições sociais e demográficas advindas do surgimento e da estruturação de uma sociedade escravista madura no momento histórico pós-extinção do tráfico internacional, e com o recrudescimento da tensão antiescravista externa e

interna nos anos 1860, a liberdade foi re-significada na prática de senhores e escravos”.¹⁹

O tráfico interno por sua vez levou os escravos, com base na própria experiência do cativo, a formular as noções de “cativo justo” e “mau cativo”. Noções nada conservadoras, pois, questionavam o arbítrio senhorial.

O novo momento histórico vetava aos libertos a propriedade de escravos e a posse da terra, sinais de liberdade e mais, os libertos passaram a serem vistos como substitutos da mão-de-obra que escasseava. “Nesse novo mundo, a escravidão não era apenas o fardo que ficara para trás. Era preciso combatê-la ainda, mesmo depois da liberdade. Já não bastava serem libertos, tinham que ser livres”.²⁰

Nessa luta os escravos contavam com as transformações demográficas, sociais e culturais que ocorriam no país. A superação do regime escravista entrara definitivamente na agenda política.

Salles chama atenção para a percepção, por parte dos escravos, da nova situação do país e do que a lei de 1871 possibilitava no âmbito jurídico. “Foi esse novo horizonte de liberdade que, em menos de duas décadas, terminou por derrubar a ordem escravista secular brasileira, ainda que sua matriz civilizatória nos acompanhe, em larga medida, até hoje”.²¹

Considerações

Em *E o Vale era escravo*, Salles realiza um meticuloso trabalho de resgate da presença de Vassouras com seus agentes sociais no Coração do Império e no mercado mundial do café. Presença garantida por milhares de escravos que trabalhavam nas plantações de café, sob o mando de uma elite política constituída por plantadores escravistas, que ao se articular com a Coroa, se constituiu numa autêntica classe senhorial.

Salles elege uma nervura presente nas relações de poder para acompanhar a gênese, o desenvolvimento e o declínio da sociedade escravista em Vassouras, prenúncio da derrocada final da ordem escravista secular brasileira. As mudanças ocorridas nas relações de forças entre senhores e

escravos, entre 1850 e 1880, são sua estrela guia nessa travessia da gênese ao declínio da escravidão na região. Mudanças que ocorreram em estreita ligação com a política imperial e com a conjuntura sócio-política cultural internacional.

Na análise exaustiva da demografia escrava - quantitativos populacionais, proporções de sexo, idade, taxas de nascimento e mortalidade, taxas de africanidade, etc), colhe os dados reveladores das transformações das práticas senhoriais e dos escravos.

Texto rico, instigante no conteúdo e eloqüente na forma como trabalha a documentação-inventários post-mortem da região de Vassouras, alocados no Centro de Documentação Histórica (Universidade Severino Sombra), e como reconstitui o quadro histórico-conceitual que possibilita deslindar as relações entre Estado, região de plantation e relações de forças entre os agentes históricos. Quanto a documentação, “ao todo, foram analisados pelo autor 729 inventários existentes para o período entre 1821 e 1880, contendo os registros de 28.245 escravos, depositados no Centro de Documentação Histórica de Vassouras (CDH)”.²²

Escolho três tópicos reveladores do vasto horizonte analítico traçado pela pesquisa. Salles recoloca na pauta da história social um tema que tem sido rejeitado, o da auto-reprodução natural da população escrava. O que o leva a recolocar a questão é a constatação da presença de uma “escravidão madura”, com comunidades de senzalas mais estáveis, graças às relações familiares e a tendência de auto-reprodução verificada em Vassouras, região central da plantation escravista brasileira, a partir da segunda metade do século XIX.

Um segundo ponto, o resgate da potencialidade sócio-política da Lei do Ventre Livre, que não só interrompeu a dinâmica auto-reprodutiva das comunidades escravas, como se constituiu o pomo de discórdia entre a classe senhorial escravista da bacia do Paraíba e os estadistas do Império. A Lei do Ventre Livre, ao reconfigurar o horizonte histórico do escravismo brasileiro, sinalizou para o fim temporal da escravidão, transformando a miragem da liberdade, banhada sempre pela esperança num sonho mais realizável, tanto que levou senhores e escravos a repensarem suas práticas cotidianas. Nesse processo as alforrias ocupam um lugar de destaque.

Um terceiro tópico, reiteradamente lembrado ao longo do livro é o da endêmica resistência escrava e do seu anseio de liberdade. Resistência colada nas transformações demográficas, sociais e culturais do país.

O rigor metodológico aliado à inteligência argumentativa e à riqueza de dados apresentados torna o convite à leitura irrecusável para os interessados em compreender nossas matrizes civilizatórias. A clareza dos gráficos e quadros pode ajudar os menos afeitos às análises demográficas. O belo material iconográfico e o índice remisso valorizam a cuidadosa edição de *E o Vale era escravo*.

NOTAS

* Doutor e Professor do Departamento de Ciências da Religião da PUC-SP. E-mail: brbrito@uol.com.br.

¹ STEIN, Stanley. *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

² SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008 p. 34.

³ *Idem*, p. 46.

⁴ Na segunda metade do século XIX, no Brasil se dá a formação do Estado imperial, sob a direção do partido conservador fluminense, os saquarema, e da Coroa como “partido” dessa classe. (SALLES,2008: 29) Ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo, Hucitec, 1987.

⁵ *Ibidem*, p. 55-56.

⁶ *Ibidem*, p.63.

⁷ *Ibidem*, p. 66-67.

⁸ *Ibidem*, p. 2008,95.

⁹ *Ibidem*, p. 150.

¹⁰ *Ibidem*, p. 153.

¹¹ *Ibidem*, p. 32.

¹² BORGES, Magno Fonseca. *Protagonismo e sociabilidade escrava na implantação e ampliação da cultura cafeeira: Vassouras-1821-1850*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, Universidade Severino Sombra, 2005.

¹³ *Ibidem*, p. 203.

¹⁴ *Ibidem*, p.217.

¹⁵ *Ibidem*, p. 232.

¹⁶ MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860.* São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

¹⁷ *Ibidem*, p. 247.

¹⁸ *Ibidem*, p. 263.

¹⁹ *Ibidem*, p.289.

²⁰ *Ibidem*, p. 299.

²¹ *Ibidem*, p.304.

²² *Ibidem*, p. 36.

Data de envio: 20/08/2011

Data do aceite: 01/11/2011